Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª
Aprova o Orçamento do Estado para 2025

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal apresenta a seguinte proposta de alteração à Proposta de Lei n.º 26/XVI/1.ª – Orçamento do Estado para 2025:

Título IX
Disposições complementares, finais e transitórias

Capítulo I
Políticas setoriais

Artigo 135.º-A (NOVO)
Elaboração e Apresentação de Estudo sobre as Licenças Parentais

Em 2025, o Governo realizará e apresentará à Assembleia da República, até ao final do ano, um estudo sobre o alargamento das licenças parentais, tendo em vista o seu alargamento, mas garantindo a diminuição das discriminações de género no mercado de trabalho.

Nota Justificativa

Consideramos que a promoção de uma maior igualdade de género e de partilha de responsabilidades familiares é um objetivo social amplamente reconhecido. Neste contexto, uma licença parental igualitária para ambos os progenitores poderia ser um passo importante na redução das desigualdades. Contudo, este é um tema complexo, com potenciais impactos financeiros e sociais significativos, tanto para as famílias como para o sistema de segurança social. Para assegurar uma implementação responsável e equilibrada, é necessário que o Governo realize, em 2025, um estudo que analise o impacto e as implicações desta medida,

nomeadamente no que se refere ao alargamento dos atuais direitos parentais, garantindo que nenhum dos progenitores seja prejudicado.

A presente proposta de alteração visa assegurar, também, o cumprimento de um estudo já previsto na legislação em vigor sobre o alargamento dos direitos de parentalidade dos trabalhadores independentes e iniciar a discussão sobre um tema fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

A realização de ambos os estudos permitirá ao Governo e à Assembleia da República tomarem decisões informadas e responsáveis no que respeita ao alargamento das licenças parentais, à igualdade de acesso às mesmas, e à eventual implementação de uma licença parental igualitária de forma a diminuir as discriminações de género no mercado de trabalho, com o objetivo último de beneficiar tanto os trabalhadores como a sociedade em geral.

Palácio de São Bento, 12 de novembro de 2024

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Bernardo Blanco
Carlos Guimarães Pinto
Joana Cordeiro
Mariana Leitão
Mário Amorim Lopes
Patrícia Gilvaz
Rodrigo Saraiva
Rui Rocha